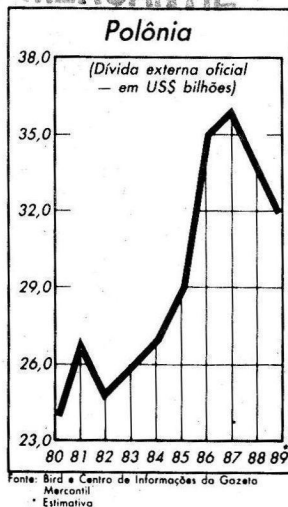


Polônia pode; Brasil não

da The Economist

Há nove anos os latino-americanos vêm lutando com os problemas de sua dívida externa. Eles desenvolveram uma triste e temerosa ciranda de pagamentos de juros atrasados ou não pagos, discursos duros de ministros das Finanças, comunicações via telex de e para os bancos, tortuosas negociações com os comitês de credores, visitas do Fundo Monetário Internacional (FMI), negociações para reescalonamento da dívida, redução ou substituição de pagamentos de juros ou do principal, pacotes de reforma econômica, eleições, a retomada da inflação, fuga de capitais, pagamentos de juros com atraso ou moratórias... e assim por diante...

As dívidas cresceram e os brasileiros, argentinos e mexicanos ficaram mais pobres. Ai entra na roda a



Polônia, recém-saída do comunismo e com Lech Walesa eleito presidente. Os governos ocidentais imediatamente perdoam metade da dívida oficial do país. Os latino-americanos sentem-se traídos: por que

não deveriam desfrutar o mesmo favor?

Isto é o que o Brasil, o maior devedor do Terceiro Mundo, resmungou irada e contidamente, enquanto discutia para pagar o menos possível de sua dívida de US\$ 8 bilhões em juros devidos aos bancos comerciais desde julho de 1989. Na semana passada, enquanto acontecia o encontro anual do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), o País concordou em pagar neste ano um quarto daquele montante em atrasos e converter o remanescente em bônus. Em breve, o Brasil iniciará negociações sobre uma outra renegociação de sua dívida. Assim como outros devedores latino-americanos, como Argentina, México, Venezuela e Peru, o Brasil levantará com crescente insistência o precedente polonês. Não é difícil ver por quê.

Quando a primeira crise da dívida do Terceiro Mundo bateu no ventilador, em 1982/83, o Brasil devia US\$ 90 bilhões aos credores externos. A dívida é agora de US\$ 123 bilhões. Longe de reduzir sua dívida nas negociações que vem fazendo a cada três anos, o Brasil aumentou sua dívida. Um perdão seria bem adequado.

Mas adequado para o que e para quem? Nenhum credor

(Continua na página 2)

O Ministério das Finanças do Japão está bloqueando um crédito de US\$ 500 milhões à Polônia para manifestar sua desaprovação à decisão do Clube de Paris de perdoar 50% da dívida oficial do país do Leste europeu. Para Tóquio, autorizar um devedor a can-

celar dívidas estimulará outros a seguir o mesmo exemplo.

(Ver página 2)

Polônia pode; Brasil não

da The Economist
(Continuação da 1ª página)

— sejam eles governos, como no caso polonês, ou bancos comerciais, os quais são credores de grande parte da dívida brasileira — perdoará dívidas facilmente.

Quando uma companhia se aproxima da falência, seus credores reduzem sua dívida apenas se acreditarem que, assim agindo, terão uma probabilidade de dar à empresa uma margem de sobrevivência no prazo mais longo e, assim, amortizar ou servir o restante do débito. O mesmo ocorre em relação a países.

O caso da Polônia ganhou destaque sob dois aspectos políticos mas também por um motivo econômico, este muito mais importante. O primeiro aspecto foi que, como seus vizinhos, o país tinha acabado de se libertar do comunismo. O segundo é que uma proporção excepcionalmente elevada — US\$ 33 bilhões, de US\$ 47 bilhões — de sua dívida externa é com governos e não com bancos ou agências multilaterais. Isso deu aos governos um incentivo para perdoar parte da dívida — o empenho em assegurar que a Polónia permanecesse capitalista —, bem como os meios de fazê-lo rapidamente.

Talvez o Brasil devesse “namorar” com o comunismo e tentar obter mais empréstimos junto a governos? Não, porque a terceira razão foi crucial: a Polónia já está implantando ou-sadas reformas econômicas e mostra todos os sinais de continuar a fazê-lo. O alívio na dívida poderia ser concedido — e assim foi feito — sob condição de que estas reformas continuem

em vigor durante os próximos quatro anos.

Em outras palavras, o perdão deve ser uma recompensa por esforços passados e um incentivo para novos esforços no futuro. Deve trazer consigo a chance de tornar mais viável o devedor. Do contrário, o perdão não fará sentido. Pior, simplesmente permitirá a um governo evitar tomar as medidas duras e impopulares necessárias para sair da miséria, rumo à prosperidade.

Esta tem sido a história recente do Brasil: promessas de mudança, recom-pensadas por reescalona-mentos e reduções das ta-xas de juro, porém sempre renegadas, na medida em que os governos compen-sam seus amigos na admi-nistração pública e no setor empresarial com aumentos nos gastos públicos e com medidas de proteção de co-mércio exterior. O Brasil já tem direito a pleitear a

redução de suas dívidas junto aos bancos comerciais nos termos do Plano Brady; para conseguir isso, o país tem que mudar seus rumos econômicos. Até que isso aconteça, uma concessão de alívio na dívida equivaleria a dar mais uma bebida a um alcoóla-tra: crueldade disfarçada em caridade.

Não parece sequer claro se é uma medida sábia um devedor pedir alívio de sua dívida. O objetivo real, é bom lembrar, é que o devedor se torne viável no longo prazo. Isso não significa simplesmente livrar-se das dívidas correntes, mas também tornar-se capaz de atrair capital no futuro. Deixar de pagar e receber favores especiais fazem com que os banqueiros — especialmente instituições privadas — fiquem temerosos em emprestar dinheiro novo. Foi por esse motivo que o vizinho da Polónia — a Hungria — decidiu não

pedir um alívio de sua dívida, numa decisão que é hoje controversa, mas que poderá provar ser sábia.

Em 1980, a Coréia do Sul era um dos maiores devedores do mundo e tinha uma economia doente; sem alívio em sua dívida, o país curou-se, a si mesmo, resgatou suas dívidas e agora tem condições de levantar capital externo no momento em que julgar necessário.

Esta é também a razão pela qual o México, embora tenha implantado muitas das mudanças necessárias para produzir um crescimento sustentado, deveria pensar duas vezes antes de fazer qualquer menção a uma atenuação de sua dívida. Sua ênfase no livre comércio, no nível doméstico e no âmbito da América do Norte é uma solução melhor. Se você não precisar, não peça: isso lhe facilitará conseguir empréstimos no futuro.